

Políticas Públicas: Recurso ou Solução para Evasão Universitária?

Adriana Cristina KOZELSKI¹

Silvana HAMMERSCHMIDT²

Resumo: Nesta experiência associamos a realidade que enfrentam muitas universidades públicas e privadas nos tempos contemporâneos: a evasão universitária. É certo que os fatores são dependentes do contexto ao qual estão inseridos, e da clientela que a demanda, relacionando assim os aspectos econômicos, culturais e sociais de determinadas regiões. Porém quando tratamos de evasão podemos constatar um foco comum a todos, a questão econômica que predomina frente à dificuldade que as universidades encontram em manter atuante o número de alunos ingressos na própria universidade. Para isso realizamos entrevistas com alunos evadidos da universidade na qual atuamos e buscamos nas pesquisas do governo (Censo, LDB, MEC) apontar subsídios que retratem a realidade da evasão universitária no Brasil. As políticas públicas são formas mais próximas para que se possa obter uma solução referente às dificuldades econômicas pelas quais passam universidades e universitários.

Palavra-Chave: Políticas Públicas, Evasão, Universidade, Fatores Sócio-Econômico.

Frente à proposta de relatos das experiências educacionais percebemos que nossa atuação, como mestranda desperta-nos uma preocupação pela qual estamos preparando-nos para atuação. A questão principal que nos faz refletir e buscar entender o contexto é o motivo que move muitos gestores e instituições, a uma difícil e atual realidade a qual nos apela insistentemente ao estudo da causa: A evasão universitária. Reconhecemos que este problema vem sendo comum a muitas instituições de ensino superior, especialmente de caráter privado.

Podemos verificar isso nas Instituições de qualquer região do nosso país e do mundo. Principalmente nos anos de 2008/2009 onde comenta-se tanto a Crise

¹ Mestranda – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. E-Mail: adrianaccristo@yahoo.com.br

²² Mestranda – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. E-Mail: silhammer@hotmail.com

Mundial, responsáveis pelas articulações sociais e econômicas que conduzem os orçamentos privados.

A evasão obviamente, sendo a própria desistência, é causadora de prejuízos não só para os alunos, mas conseqüentemente para as próprias universidades. Observamos diversas estruturas que a tempo foram usadas com êxito em grandes parcelas de aluno no momento atual perderem seus investimentos de grande estrutura antes usadas para ministrar determinado curso. Cancelam-se graduações perde-se de vista os objetivos e os horizontes que predominavam o auge universitário. Remanejamento, demissões ou busca de soluções?

Segundo o Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e Tecnologia, a evasão universitária já causa prejuízos que se aproximam da casa dos R\$ 6 bilhões. Já o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), acrescenta que em 2006, as universidades particulares registraram evasão de 25,1%, o equivalente a 669 mil estudantes. As instituições públicas se mantêm com 12,4% de evasão, o que representa 123 mil alunos de graduação que abandonaram o ensino superior. Além de fatores financeiros, a falta de conhecimento sobre a carreira leva muitos estudantes a abandonar o curso, o que sugere que um acompanhamento vocacional diferente pode ser uma das soluções para diminuir essa tendência.

O setor de educação superior vem nos últimos anos, sendo exposto a novos desafios, derivados das mudanças significativas na conjuntura social e no próprio segmento educacional. Constatações apontam que desde a crise da década de 80 investimentos públicos diretos na educação superior deixaram de ser efetuados. No início da década de 1990 com a predominância do sistema neoliberal acontece o crescimento de instituições privadas segundo os princípios neoliberais “O público se torna privado”. Com isso chegam também ao Brasil as exigências de modelos científicos de excelência em ensino e pesquisa, trazidos pela onda da globalização mundial, mais uma vez a insuficiência de políticas públicas brasileiras não permitem o Estado acompanhar tamanhas expectativas, entram em discussão as relações de capital externo e interno nos diversos setores, e assim sendo também nas questões educacionais. Como, portanto falar em igualdade de recursos e direitos educacionais para o país, e como conseqüência para o próprio indivíduo?

Nos diz a LDB Que é dever do estado o acesso e permanência expressiva da população no nível de formação superior. A constituição de 1988 confere eficácia

vinculante imediata aos direitos fundamentais do cidadão, entre eles está à educação em todas as etapas.

O portal do MEC afirma que enquanto no Brasil questões como políticas públicas de ação afirmativa no Ensino superior vem sendo tratada recentemente, em outros países como EUA debates constitucionais sobre o alcance de políticas públicas no Ensino do terceiro grau já fazem parte de sua teoria constitucional e testam o escopo de alcance de seus direitos fundamentais.

Muitas são as causas de evasão, porém podemos classificá-las em externas e internas. As externas dizem respeito a questões da instituição, corpo docente, metodologias, escolha inadequada do curso e etc. Já as internas representam as necessidades mais pessoais dos sujeitos, tais como condições econômicas, problemas psicológicos e familiares.

No contexto de nossa experiência podemos constatar uma parcela mínima de sujeitos evadidos do campo Universitário, tendo em conta que é preciso salientar costumes culturais, políticos e sociais de cada localidade, mas nossa contribuição retrata-se na análise de duas entrevistas de alunos evadidos da Universidade X³.

As principais informações que buscamos obter foram:

- a) os aspectos políticos, culturais e sócios econômicos da Educação Brasileira;
- b) os fatores que contribuem para a Evasão Universitária;
- c) que medidas a serem implementadas para reduzir o índice de evasão universitária.

As principais questões a serem identificadas na entrevista estão relacionadas ao fator econômico.

Uma das ex-acadêmicas⁴ entrevista da Universidade X mostra a grande preocupação que os mesmos possuem ao deixarem de participar do meio acadêmico. Essa realidade muitas vezes, não é conhecida pelos professores, que sabem da dificuldade financeira deles, mas acabam mascarando a verdadeira realidade em busca de uma formação universitária de qualidade. Paul e Silva, (1998) fazem referência que o desempenho acadêmico e a intenção de trabalhar constituem variáveis de especial relevância na escolha. Com efeito, candidatos com o melhor desempenho acadêmico, independentemente de outras características, tendem a optar pelas carreiras de maior prestígio e aqueles que tencionam trabalhar apresentam a tendência a escolher carreiras que admitam a conciliação entre os

estudos e o trabalho e o efeito da política educacional brasileira na amplitude do espectro de carreiras efetivamente ao alcance dos vestibulandos que necessitem trabalhar durante o curso. À antiga e difícil discussão da gratuidade do ensino superior em instituições públicas deveria ser acrescentada a considerações de que a universidade pública e gratuita não oferece aos alunos que precisem trabalhar subsídios para que se sustentem. Em consequência, estes acabam por sofrer uma severa limitação quanto às carreiras a que podem concorrer.

As atuais propostas de governo apresentam a solução do grande número de jovens fora da universidade como a política de ampliação de vagas. Reconhecemos diversos programas oferecidos pelo governo federal que vem favorecer a igualdade de oportunidades e tratamento. Programa como universidade para todos PROUNI, vem resolver parte do problema, mas ainda percebe-se muitas expectativas referentes à tamanha proporção de jovens que ainda estão fora do contexto universitário. Muitas universidades buscam seguro educacional, pagamento facilitado com o Fies (Financiamento Estudantil) onde o aluno parcela o valor das mensalidades, e bolsas de estudos com descontos de até 50% no valor da parcela.

Assim podemos até encontrar jovens que pelo esforço e trabalho ou outras razões tais como cotas, pertencem à classe baixa, mas adentrem nas universidades, porém não estarão preparados para a frustração de não poder acompanhar as exigências com os materiais e equipamentos requeridos pelos professores e cursos universitários.

A entrevistada B também expressa a dificuldade financeira como fator principal de evasão quando nos diz: *“entrar na faculdade é muito difícil devido aos aspectos financeiros. A mensalidade é um horror, muito caro, meio de transporte, um absurdo também. Quando você chega à sala é muito xérox, e todos os dias. Já é difícil você trabalhar para pagar a faculdade sem contar os gastos com transporte e material”*.

Podemos questionar se de fato as bolsas oferecidas pelo governo resolvem os problemas de evasão sendo que a mensalidade não é o único fator que predomina a economia dos universitários. Muitos chegam até receber ajuda de programas, ou cotas de bolsas, mas pela sua ausência de condições para arcar com as despesas mensais acabam evadindo por necessidades essenciais.

Podemos em contra partida destacar as poucas iniciativas de políticas públicas para universidades, comparadas as da Educação básica, para que assim

aconteça a inclusão da população Brasileira nas universidades. Qual seria de fato a solução diante desses dois âmbitos?

A consultoria do MEC realizada por Loussia Penha Musse Felix e colaboradores aponta um índice de 55% dos alunos do setor privado do ensino superior hoje vêm de famílias com menos de 5 salários mínimos. Projeta-se, em cinco anos serão 75%. Os 3 milhões de estudantes do ensino superior serão 5 milhões, correspondendo a 20% da população de até 24 anos. Haverá 75% egressos de famílias pobres. Que se encontre como financiar este estudante com dificuldade de manutenção própria e de pagar mensalidades! Primordial viabilizar a entrada desse aluno no ensino superior. Não somente fechando olhos à inadimplência, pois isto não resolve, é pressão de falência das instituições privadas. Encontrar-se-á uma fórmula que ao tempo em que o Estado financie o aluno necessitado, exija contrapartida das instituições privadas de ensino.

As políticas Públicas da Educação vem buscar uma democratização do Ensino Superior oferecendo os mais variados Programas ofertados hoje pelo MEC, mas constatamos através os resultados do Censo da Educação Superior 2007, que a realidade é outra, onde ainda aumenta-se as vagas nas universidades particulares e este aumento não proporciona um aumento de adesão nas Universidades. Vejamos: O Censo 2007 registra aumento no número total de vagas ofertadas: 2.823.942. Foram 194.344 vagas a mais que no ano anterior – apesar de as instituições públicas estaduais e as instituições públicas municipais terem diminuído o número de vagas oferecidas. As instituições privadas foram responsáveis pelo maior aumento: 196.189 novas vagas. No entanto, o aumento número de vagas não resultou em aumento proporcional no número de ingressos – resultando em aumento de vagas ociosas. Em todo o Brasil foram registradas 1.341.987 vagas ociosas, 1.311.218 delas nas instituições privadas. O menor índice de vagas ociosas foi verificado nas instituições federais: um total de 3.400 e ainda o censo nos mostra que é possível verificar, ainda, que em 2007 os maiores aumentos percentuais no número de vagas ociosos em relação a 2006 ocorreram nas universidades e centros universitários.

Mas o que dizer quando a evasão acontece na clientela de classe alta?

A resposta a essa interrogativa pode se encontrar na evasão por falta de conscientização da importância da formação universitária de um cidadão frente às exigências do mercado de trabalho. Talvez a escolha inadequada de cursos que não

correspondem ao perfil do estudante, seja um dos motivos da evasão. Sentimos essa realidade também em classes altas, onde desde a infância as condições financeiras da família representam maior relevância para os filhos e o ter representa já o saber. Sendo assim seja por falta de consciência ou de economia, os jovens e adolescentes não recebem a formação adequada para a preparação de um terceiro grau, o que vem influenciar a evasão do Ensino superior.

Concordando com essa afirmativa a entrevistada B expõe a facilidade de ingressar em Instituições particulares, esquecendo assim a seleção mais apropriada: *“A seleção para o vestibular é fraca, e isto está trazendo pessoas incapazes para o Curso Superior, todos podem errar, mas o professor não pode errar na formação de uma criança.”*, assim como consequência à evasão será maior devido às dificuldades que serão encontradas no decorrer do curso. Isso vem a contrariar o Plano Nacional de Educação (PNE) que nos afirma um objetivo previsto pelo mesmo para o ensino superior é a diminuição na taxa de evasão de alunos. Essa dimensão pode ser analisada por meio dos dados do Censo da Educação Superior. O percentual de conclusão, calculado pela razão entre o número de concluintes de um ano e o de ingressantes quatro anos antes, apresentou pouca variação no período recente. No ano de 2007, o percentual de concluintes em relação aos ingressantes de 2002 foi de 58,1% e a maior proporção foi observada entre os alunos das instituições federais (72,6%) seguidos pelos alunos das instituições estaduais (63,8%) e das municipais (62,4%). As instituições privadas, como nos últimos anos, apresentaram o menor percentual de conclusão nos cursos de graduação presencial em 2007, com 55,4% de concluintes. Evidenciando mais uma vez a dificuldade financeira como ponto primordial em concluir um Curso Superior.

Buscando retratar nossa experiência conforme citado anteriormente, quais seriam as medidas a serem implementadas para solucionar o índice de evasão?

Segundo concepção da entrevistada A que nos diz *“As parcerias com o MEC poderiam ajudar a faculdade nas mensalidades”*.

Essa fala representa o senso comum de muitos universitários que acreditam na possibilidade de alternativas de governo com seu contexto social, as quais nomeamos: Políticas Públicas.

Perguntamos para a mesma entrevistada: *“Você quer dizer que a Faculdade deveria oferecer parcerias para ajudar?”* e a mesma nos responde: *“Acho que eles poderiam nos oferece bolsas, alguma ajuda, algum benefício.”*

Como podemos observar, as exigências são muitas, diante dos impactos sociais que se apresentam a nível mundial, e que impedem o próprio governo de manifestar-se além das possibilidades. Muitas vezes as universidades buscam de todas as formas inovar e sanar esses problemas, porém faltam-lhe segurança no que se trata de apoio financeiro.

Santos (1985) se refere às universidades e suas competências nas quais são feitas exigências cada vez maiores por parte da sociedade ao mesmo tempo em que se tornam cada vez mais restritas as políticas de financiamento de suas atividades por parte do Estado. Duplamente desafiada, pela sociedade e pelo Estado, a Universidade, de um lado, não parece preparada para enfrentar tais desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não simples reformas parcelares. Tal despreparo, mais do que conjuntural, parece ser estrutural, na medida em que a perenidade da Instituição Universitária, sobretudo no mundo ocidental, está associada à sua rigidez funcional e organizacional, à sua relativa impermeabilidade às pressões externas, enfim àquilo que tem sido muitas vezes proclamado como a sua aversão à mudança.

Além do fator econômico tratado até então podemos salientar muitos outros problemas na questão da evasão universitária, tais como: a busca do curso é relacionada com o campo de trabalho atual, o que leva muitas vezes os jovens a optar por um curso técnico ou cursos à distância, já que esses jovens em idade produtiva precisam trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Assim também se apresenta a questão da diferenciação das mensalidades, pois no ensino a distância os alunos tem uma oferta de valor de 50% do curso presencial, com apenas dois encontros semanais ou menos, com raros trabalhos e pesquisa. Já nos cursos de ensino superior presenciais o valor da mensalidade é dispendiosa uma vez que existem gastos com infra-estrutura, professores e algumas exigências do MEC, como números de doutores e mestres, etc.

Esse fator também foi exposto pela entrevistada A que nos diz: *“tem muitos cursos à distância com o valor da mensalidade mais em conta, mais baixo, é o que o pessoal está procurando. É a situação sócio-econômica, são muitas a as faculdades vindas para nós à distância e com valor mais baixo, que a pessoa pode estar pagando. Ai os alunos vão evadindo da faculdade e procurando recursos.”*

Outro fator que influencia, e que muitas vezes não é identificado pelos próprios acadêmicos é a questão da imaturidade na escolha. Os jovens não sabem

o que querem, não possuem objetivos claros e um projeto de vida. Talvez estejam à procura de novidades segundo influência do tempo presente: a modernidade. Chegam à universidade repletos de expectativas esperando professores que os encantem, em contra partida recebem metodologias tradicionalistas e sistemas de avaliação dos quais não estão preparados a corresponder, assim também as dependências como forma de reprovação influenciam fortemente a concepção de incapacidade e evasão ao qual se opta.

Diante deste aspecto concorda-se plenamente na importância na renovação universitária no que diz respeito à capacitação e qualificação de professores, a tão “falada” formação permanente. Muitas vezes os professores, por já possuírem uma graduação, especialização, acomodam-se esquecendo que a educação é sempre atual, ou seja, está em constante busca de respostas e inovações para o tempo.

A entrevistada B traduz essa necessidade: *“a qualidade dos professores é ruim. Existem professores bons sim, mas muitos deixam a desejar. Tem professores sem domínio de turma, não sabem transmitir o conteúdo.”*

Acontece por vezes o descrédito a educação, baixa valorização do educador o que muitas vezes o desmotiva a inovar-se e preparar aulas diferenciadas.

Quando relacionamos as políticas públicas ao sistema neoliberal capitalista que vivemos estamos adentrando no mundo da educação internacional, não só ao que se refere estudo de línguas, mas a concorrência do próprio mercado de trabalho, já que competimos no sistema de globalização. Os índices mostram a Educação como à prioridade dos países de primeiro mundo, ou seja, é ela quem dá as coordenadas para a eficiência tão almejada. Portanto investir em políticas públicas especialmente na área universitária é apostar no próprio país, e fazê-lo progredir, sendo que a qualidade somente pode destacar-se quando acompanhada pela política da educação.

Perceber estes aspectos é perceber que a questão das políticas públicas relacionada à educação está impregnada no seio da sociedade, ou seja, nas relações primordiais de todo ser humano que faz dela um meio de edificar e transformar não somente a si próprio, mas também ao contexto que vive.

Devemos lembrar que por mais importante que seja a formação profissional superior, a Universidade foi criada para cumprir múltiplas funções dentre as quais o ensino superior, embora esta, não seja sua finalidade exclusiva nem a principal. Elas foram criadas para transcender essa dimensão. São muito mais do que centros de

formação superior ou de treinamento técnico. Para Menezes (1996) além da educação superior se promove cultura, se faz ciência e se desenvolve tecnologia. Em qualquer análise sobre a situação do ensino superior merece atenção a sua evolução até a estrutura atual destacando os processos de privatização, de modernização institucional e de gestão das universidades.

Por mais que se encontrem dificuldades para a permanência nas universidades, o fato de que a formação de terceiro grau retrata a diferença na sociedade e suas articulações é fato certo. Porém é de responsabilidade das universidades uma formação totalmente preparada para atuar no mercado de trabalho tão complexo do nosso tempo, e sanar as principais dificuldades sociais, pois essa é uma das principais funções da educação e da pesquisa, levar o indivíduo à “usar” o conhecimento para edificar a sociedade, e para que aconteça essa transformação social através do estudo, sabemos que não poderá ser qualquer visão educacional, mas de tamanha abrangência referencial.

No documento Educação: Um tesouro a descobrir da UNESCO (2002) nos coloca quatro funções essenciais as Universidades: Preparar o acadêmico para a pesquisa e o ensino; dar formação altamente especializada e adaptada às necessidades da vida econômica e social; estar aberta a todos para responder aos múltiplos aspectos da chamada educação permanente, em sentido lato; cooperar no plano internacional. Tudo isso só será possível se as políticas públicas estabelecerem metas onde além de modificar as políticas educacionais consigam interagir nas políticas sociais de um país, no qual o jovem chega as Universidades com plena convicção e condições financeiras de concluir o Ensino Superior.

Considerações Finais.

Acreditamos que nossa experiência nesta universidade que atuamos, apesar de retratar muito do contexto que vivemos, traz muitas das preocupações de diversos educadores que sentem a urgência de resolver este problema.

Destacou-se fortemente nas entrevistas o problema econômico como sendo o principal fato de evasão. Diante disso parece-nos realmente que uma das formas com que a instituição pode tentar combater a evasão universitária é o apoio financeiro aos alunos com programas de bolsas institucionais ou através de convênios com o governo estadual e federal, bem como, parcerias com municípios

que possam auxiliar nas necessidades básicas dos alunos, tais como materiais e transportes, planos de carreira e salários.

Além da questão econômica são muitos outros fatores que influenciam o problema. O Fenômeno da Evasão ainda é maior do que a percepção da população e dos administradores universitários, portanto as IES devem reavaliar seus projetos políticos pedagógicos para que as causas da evasão possam ser corrigidas através das ações preventivas e corretivas principalmente quanto à qualificação de professores, que deve ter respeito e profissionalismo para com os discentes, além de motivar os alunos com práticas pedagógicas diferenciadas. Esses discentes precisam ter envolvimento pleno com os cursos, mas também devem ser envolvidos, motivados e valorizados.

Os discentes precisam ser encantados pelos professores qualificados, com práticas inovadoras, e entenderem assim a transposição de sua qualificação universitária para a prática profissional e conseqüentemente social, entendendo assim que parcerias com todos os setores é o caminho para políticas públicas de qualidade.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FELIX, Loussia P. M. e Colaboradores [A educação como bem público - Perspectivas da regulação do ensino superior no estado de parceria](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news09_01.htm) disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news09_01.htm>. acesso em: 23 fev. 2009.

MALLET, Ricardo. **Cerca de 792 mil universitários abandonaram o Ensino Superior em 2006**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento-pessoal.com/news/cerca-de-792-mil-universitarios-abandonaram-o-ensino-superior-em-2006/>> Acesso em: 25 de fev de 2009.

MEC, UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir**. - 7. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF:, 2002.

PAUL, Jean-Jacques, SILVA, Nelson do Valle. Conhecendo o seu lugar: A Auto - Seleção na Escolha da Carreira. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v.14, n.14, p. 115-130, jan./jun. 1998.)

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1995.